



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

36º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 2 horas e 30 minutos , considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

| QUESTÕES OBJETIVAS | |
|--------------------------|---------|
| Direito Civil | 01 a 20 |
| Direito Constitucional | 21 a 40 |
| Direito Processual Civil | 41 a 50 |

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no CARTÃO-RESPOSTA, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

“A disciplina é a mãe do sucesso”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do certame.

4. A prova discursiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, acondicionado em saco de segurança, devidamente lacrado, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do estabelecimento de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, acondicionado em saco de segurança, devidamente lacrado, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do estabelecimento de realização das provas.
9. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do Processo Seletivo, poderá entregar o cartão-resposta, **DEVIDAMENTE ASSINADO E COM A FRASE TRANSCRITA**, e retirar-se do recinto.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
12. **AO TERMINAR A PROVA O CANDIDATO ENTREGARÁ, OBRIGATORIAMENTE, AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA.**
13. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
14. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponível também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

DIREITO CIVIL

01. Considera-se direito objetivo:
- (A) a capacidade plena de a pessoa reger sua vida, seus bens e sua aptidão para os atos da vida civil
 - (B) aquele sobre o qual não recai qualquer discussão por ser incontroverso
 - (C) a faculdade ou possibilidade que tem uma pessoa de fazer prevalecer em juízo a sua vontade
 - (D) o conjunto de regras jurídicas obrigatórias, em vigor no país, numa dada época
02. **NÃO** corre a prescrição:
- (A) contra os ausentes do País em serviço público do Município
 - (B) contra a Fazenda Pública
 - (C) contra os relativamente incapazes
 - (D) entre os cônjuges, mesmo após a dissolução da sociedade conjugal
03. A respeito do Direito das Obrigações, pode-se afirmar:
- (A) nas obrigações de dar coisa certa não estão abrangidos os acessórios e as pertenças
 - (B) nas obrigações facultativas há um único objeto, mas o credor tem a faculdade de exigir a substituição da prestação devida por outra de natureza diversa
 - (C) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou
 - (D) as obrigações indivisíveis que se resolverem em perdas e danos mantêm a qualidade de indivisível
04. Com relação à interpretação dos negócios jurídicos, **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração
 - (B) a manifestação de vontade não subsiste se o seu autor houver feito a reserva mental
 - (C) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente
 - (D) nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem
05. São requisitos para que haja a desconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora, no âmbito do Código Civil:
- (A) a insolvência e o desvio de finalidade
 - (B) a capacidade dos sócios e a insolvência
 - (C) o poder de gerência e a capacidade dos sócios
 - (D) a existência de protesto e de dívidas fiscais
06. A modelo fotografada tem proteção jurídica com base:
- (A) no direito à cidadania
 - (B) nos direitos humanos
 - (C) no direito autoral
 - (D) no direito de imagem
07. Reconhecida a ocorrência de fraude contra credores, a alienação realizada, segundo o Código Civil, será considerada:
- (A) nula
 - (B) anulável
 - (C) válida
 - (D) ineficaz
08. Segundo o Código Civil, são relativamente incapazes:
- (A) os menores de 16 anos
 - (B) os excepcionais
 - (C) os ébrios habituais e os viciados em tóxico
 - (D) os indígenas
09. Sobre os direitos da personalidade, o Código Civil dispõe que:
- (A) são transmissíveis e irrenunciáveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária fora dos casos previstos em lei
 - (B) o espólio da pessoa morta tem legitimidade para exigir que cesse a lesão a direito da personalidade do morto
 - (C) é válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte
 - (D) o pseudônimo adotado para o desenvolvimento de qualquer atividade goza da proteção que se dá ao nome
10. **NÃO** são pessoas jurídicas de direito público interno:
- (A) os partidos políticos
 - (B) as associações públicas
 - (C) as autarquias
 - (D) as entidades de caráter público criadas por lei
11. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com:
- (A) a aprovação dos seus atos constitutivos em assembleia
 - (B) a eleição dos administradores da pessoa jurídica
 - (C) a escolha da sua denominação ou firma social
 - (D) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro
12. **NÃO** pode ser considerado domicílio da pessoa natural, segundo os critérios do Código Civil, o lugar:
- (A) de sua residência
 - (B) do seu nascimento
 - (C) de exercício da sua profissão
 - (D) onde ela for encontrada
13. Sobre os bens considerados em si mesmos, o Código Civil dispõe que:
- (A) bens fungíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância
 - (B) são consumíveis os bens destinados à alienação
 - (C) os bens naturalmente divisíveis só podem ser tornados indivisíveis por determinação legal
 - (D) são bens indivisíveis aqueles cujo uso importa a destruição imediata da própria substância
14. Sobre as obrigações solidárias, é correto afirmar que:
- (A) o credor tem direito de exigir de um ou alguns dos devedores o pagamento da dívida; sendo este parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto
 - (B) a propositura de ação pelo credor contra apenas um ou alguns dos devedores importa em renúncia da solidariedade
 - (C) o credor pode renunciar à solidariedade em favor de todos os devedores, mas não em favor de apenas um ou alguns deles
 - (D) as cláusulas ou condições estipuladas entre o credor e um dos devedores solidários são exigíveis dos demais, independentemente do seu consentimento

15. João deseja doar seu apartamento para José, seu sobrinho mais novo. Ao realizar a transferência, exige que o sobrinho pinte o apartamento, a cada 6 meses, na cor que ele determinar. José aceita a oferta. O elemento acidental presente no negócio jurídico é:
- (A) condição suspensiva
(B) condição resolutiva
(C) encargo
(D) termo final
16. A operação de mútua quitação entre credores recíprocos é:
- (A) dação
(B) novação
(C) consignação
(D) compensação
17. Lei nova não pode alterar direito, ainda que não exercido por seu titular, se antes de sua vigência tiverem sido preenchidos todos os requisitos, em virtude de obrigação de respeito:
- (A) à expectativa de direito
(B) ao direito positivo
(C) ao direito potestativo
(D) ao direito adquirido
18. Terreno municipal alugado para posto de gasolina é classificado como bem:
- (A) de uso especial
(B) dominical
(C) afetado
(D) disponível
19. O dever de reparar o dano, independentemente de culpa, oriundo do risco inerente da atividade normalmente desenvolvida pelo autor, denomina-se:
- (A) fortuito interno
(B) fortuito externo
(C) responsabilidade genérica
(D) força maior
20. Após a interrupção da prescrição, o prazo volta a:
- (A) ser contado pelo tempo que faltava
(B) correr pela metade
(C) ser contado integralmente
(D) correr em dobro
- DIREITO CONSTITUCIONAL**
21. Possui legitimidade para impetrar mandado de segurança contra projeto de lei cuja tramitação esteja ocorrendo com violação das regras constitucionais sobre o processo legislativo:
- (A) o parlamentar
(B) o partido político
(C) a OAB
(D) o Ministério Público
22. Compete privativamente à União legislar sobre:
- (A) direito tributário
(B) crimes de responsabilidade
(C) produção e consumo
(D) assuntos de interesse local
23. É vedado ao membro do Ministério Público ocupar:
- (A) função de magistério
(B) cargo de professor
(C) cargo de ministro de estado
(D) cargos de confiança na instituição
24. O monitoramento de e-mail corporativo de servidor público é constitucional quando abrange:
- (A) informações familiares
(B) dados da saúde do servidor
(C) informações subversivas
(D) investigação sobre atos ilícitos
25. A respeito do regime constitucional dos servidores públicos, pode-se afirmar que:
- (A) o direito de greve será exercido nos termos e limites de lei específica
(B) é proibida a associação sindical
(C) são sempre investidos em cargos por meio de concurso público de provas e títulos
(D) estão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social
26. Compete ao Tribunal de Contas da União:
- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República
(B) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio com o Município
(C) sustar contratos administrativos em que tenha sido verificada ilegalidade
(D) apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelos Governadores de Estado
27. **NÃO** é princípio de interpretação constitucional o princípio da:
- (A) interpretação conforme a constituição
(B) insignificância
(C) unidade
(D) concordância prática
28. A respeito da classificação das Constituições, é correto afirmar:
- (A) as Constituições Não Escritas decorrem unicamente dos costumes constitucionais
(B) as Constituições Rígidas não admitem alteração
(C) as Constituições Flexíveis são modificáveis por processo legislativo ordinário
(D) as Constituições Sintéticas apresentam normas só formalmente constitucionais
29. Compete aos Municípios legislar sobre:
- (A) direito civil de seus municípios
(B) normas gerais de licitação
(C) desapropriação de bens no território municipal
(D) regime jurídico dos servidores públicos municipais
30. São direitos sociais, ou de segunda geração:
- (A) o trabalho, a moradia e o lazer
(B) a educação, a saúde e o direito de propriedade
(C) o direito de resposta e a assistência aos desamparados
(D) o direito de herança e a livre manifestação do pensamento

31. **NÃO** é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência
 - promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
 - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico
 - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento familiar
32. Sobre a organização do Estado brasileiro, é correto afirmar que:
- não é admitida em nenhuma hipótese a intervenção dos Estados membros em seus Municípios em respeito ao pacto federativo
 - é prevista excepcionalmente a intervenção da União nos Estados membros e destes nos seus Municípios, mas à União não é dado intervir nos Municípios em nenhuma hipótese
 - os Estados membros poderão intervir nos seus Municípios quando não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei
 - os Municípios poderão intervir nos Estados membros quando não forem respeitadas as regras de repartição das receitas tributárias
33. Segundo a Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, as leis que:
- concedam benefícios fiscais
 - estabeleçam penas privativas de liberdade
 - disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária
 - disponham sobre a criação de cargos e funções na administração direta e autárquica
34. É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a:
- criação ou majoração de tributos
 - normas de direito civil
 - normas gerais em matéria de legislação tributária
 - criação de cargos e funções na administração direta e autárquica
35. **NÃO** compete aos Municípios instituir impostos sobre:
- a propriedade predial e territorial urbana
 - a transmissão *inter vivos* por ato oneroso de direitos reais de garantia
 - a transmissão *inter vivos* por ato oneroso de bens imóveis por natureza ou acessão física
 - os serviços de qualquer natureza
36. A filha do embaixador da Síria e de mãe, também síria, nascida no Brasil, é considerada:
- brasileira nata
 - brasileira naturalizada
 - apátrida
 - estrangeira

37. **NÃO** constitui um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:
- os valores sociais do trabalho
 - independência nacional
 - autodeterminação dos povos
 - igualdade entre os Estados
38. O instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes aprovado pela Câmara Municipal é:
- plano diretor
 - estatuto da cidade
 - lei orgânica do município
 - região metropolitana
39. É instrumento de controle de constitucionalidade abstrato em face de lei municipal perante o Supremo Tribunal Federal:
- a Representação por Inconstitucionalidade
 - o Recurso Extraordinário
 - a Ação Direta de Inconstitucionalidade
 - a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
40. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- direito civil
 - direito urbanístico
 - direito penal
 - direito do trabalho

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Sobre a defesa do réu, **NÃO** é correto afirmar que:
- a incorreção do valor da causa deve ser alegada em sede de preliminar de contestação
 - se o réu deixar de contestar a ação, será considerado revel
 - a incompetência relativa deve ser alegada por meio de exceção
 - a convenção de arbitragem deve ser alegada em sede de preliminar de contestação
42. A respeito dos prazos processuais quando for parte a Fazenda Pública, pode-se afirmar:
- é de 15 dias úteis o prazo para interpor o recurso de apelação
 - é de 60 dias corridos o prazo para contestar
 - é de 30 dias úteis o prazo para contestar
 - é de 30 dias corridos o prazo para interpor os recursos especial e extraordinário
43. **NÃO** haverá resolução de mérito quando o juiz:
- homologar a desistência da ação
 - homologar a transação
 - decidir sobre a ocorrência da decadência
 - rejeitar o pedido formulado na ação
44. Comparecendo o réu espontaneamente no processo, antes da citação, o Novo Código de Processo Civil determina o seguinte:
- ele é considerado revel
 - deve apresentar nesta oportunidade a contestação
 - há necessidade de expedição de mandado de citação
 - o prazo para contestar começa a fluir a partir desta data

45. Uma vez estabilizada a tutela antecipada, concedida em caráter antecedente, nos termos da lei processual civil em vigor:
- (A) poderá ser revista a pedido somente do réu, no prazo de 2 dois anos
 - (B) poderá ser revista a pedido de qualquer das partes, no prazo de 2 dois anos
 - (C) não poderá mais ser revista, sendo o processo extinto sem resolução de mérito
 - (D) não poderá mais ser revista, sendo o processo extinto com resolução de mérito
46. O autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu, até:
- (A) a sentença
 - (B) a audiência de conciliação
 - (C) o saneamento do processo
 - (D) a citação
47. Na execução fiscal, o prazo de 30 (trinta) dias para o oferecimento de embargos pelo executado tem início:
- (A) com a efetivação da citação válida
 - (B) com a intimação da penhora
 - (C) com o encerramento da audiência de conciliação
 - (D) com a juntada do mandado de citação
48. Segundo o Novo Código de Processo Civil, **NÃO** é cabível o seguinte recurso:
- (A) apelação
 - (B) agravo interno
 - (C) agravo retido
 - (D) recurso ordinário
49. No Novo Código de Processo Civil **NÃO** é mais prevista como modalidade de intervenção de terceiros:
- (A) nomeação à autoria
 - (B) assistência
 - (C) denunciação da lide
 - (D) chamamento ao processo
50. Se, após citação válida em execução fiscal, o executado, não efetuar o pagamento da dívida, o Juiz determinará:
- (A) penhora de qualquer bem do executado, exceto aqueles excluídos por lei
 - (B) intimação para pagamento da dívida em 45 dias úteis
 - (C) arresto dos bens do executado
 - (D) citação do cônjuge